

São Paulo, 01 de dezembro de 2005

NOTA À IMPRENSA

Cesta Básica sobe em todas as capitais

Todas as 16 capitais onde o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza, mensalmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica registraram, em novembro, alta no preço do conjunto de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Este comportamento não se verificava desde maio último. As maiores elevações ocorreram em Belo Horizonte (9,32%), Vitória (8,28%) e Salvador (8,20%). Os menores aumentos foram apurados em Fortaleza (0,30%) e Belém (2,40%).

São Paulo voltou a ser a cidade com o maior valor para ração essencial mínima, tal como definida no Decreto Lei 399, de abril de 1938, com os trezes produtos pesquisados custando R\$ 184,67. Em Porto Alegre a cesta custou, em novembro, R\$ 178,59 e no Rio de Janeiro, R\$ 176,31. Os menores valores foram apurados em Fortaleza (R\$ 130,31) e Salvador (R\$ 134,59).

Com base no custo apurado, em novembro, em São Paulo, e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para manutenção de uma família, suprimindo seus gastos com alimentação, moradia, educação, vestuário, saúde, transportes, higiene, lazer e previdência social, o DIEESE estima mensalmente, o valor do salário mínimo necessário. Em novembro, o menor salário pago deveria ser de **R\$ 1.551,41**, ou seja, 5,17 vezes o piso vigente, bem mais elevado do que o apurado em outubro, quando seu valor era de R\$ 1.468,24 e 4,89 vezes o salário mínimo em vigor. Em novembro, de 2004, quando o salário mínimo era de R\$ 260,00, a manutenção de uma família requeria um valor 5,54 vezes maior, de R\$ 1.439,68.

Variação acumulada

Apenas em Goiânia o custo da cesta básica registra uma variação acumulada entre janeiro e novembro deste ano negativa (-2,67%). Os maiores aumentos acumulados

ocorreram em Recife (14,88%), Belo Horizonte (13,13%), Florianópolis (11,36%) e Curitiba (10,70%). Em Belém, a alta, neste ano é de 0,18%.

Na comparação com novembro do ano passado, também só Goiânia registra variação negativa (-1,68%). Em Belém, a alta é de 0,45% e os maiores aumentos verificaram-se em Recife (16,18%), Vitória (11,47%), Florianópolis (11,34%) e Belo Horizonte (10,44%).

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Novembro 2005

CAPITAL	VARIAÇÃO MENSAL (%)	VALOR DA CESTA	PORCENTAGEM DO SALÁRIO MÍNIMO LÍQUIDO	TEMPO DE TRABALHO	VARIAÇÃO NO ANO (%)	VARIAÇÃO ANUAL (%)
BELO HORIZONTE	9,32	172,27	62,18	126h 20min	13,13	10,44
VITÓRIA	8,28	165,43	59,71	121h 19min	8,56	11,47
SALVADOR	8,20	134,59	48,58	98h 42min	6,95	8,85
FLORIANÓPOLIS	7,59	175,30	63,27	128h 33min	11,36	11,34
RECIFE	7,49	141,29	51,00	103h 37min	14,88	16,18
RIO DE JANEIRO	7,20	176,31	63,64	129h 18min	6,61	7,39
PORTO ALEGRE	6,09	178,59	64,46	130h 58min	2,20	4,21
SÃO PAULO	5,66	184,67	66,66	135h 25min	7,24	7,96
BRASÍLIA	4,99	173,00	62,44	126h 52min	2,53	5,55
CURITIBA	4,87	172,59	62,30	126h 34min	10,70	9,14
ARACAJU	3,78	138,44	49,97	101h 31min	5,43	7,38
JOÃO PESSOA	3,69	136,20	49,16	99h 53min	7,98	6,29
NATAL	3,52	136,35	49,21	99h 59min	3,45	6,71
GOIÂNIA	3,31	144,91	52,30	106h 16min	-2,67	-1,68
BELÉM	2,40	149,97	54,13	109h 59min	0,18	0,45
FORTALEZA	0,30	130,31	47,03	95h 34min	4,47	4,52

Fonte: DIEESE

Cesta x jornada

O trabalhador brasileiro cuja remuneração é o salário mínimo precisou cumprir, em novembro, na média das dezesseis capitais, uma jornada de 115 horas e 03 minutos para comprar os alimentos essenciais, exatamente seis horas a mais do que foi exigido em outubro (109 horas e 03 minutos), mas bastante inferior ao que era preciso em novembro de 2004 (123 horas e 51 minutos).

O mesmo raciocínio vale quando se considera o percentual o salário mínimo líquido – após o desconto da parcela referente à previdência social – comprometido com a aquisição da cesta básica. Em novembro último, esta compra comprometia 56,63% do valor recebido pelo trabalhador, enquanto em outubro eram necessários 53,67% e em novembro do ano passado, 60,96%.

Comportamento dos preços

Dois produtos – tomate e batata – foram responsáveis pela maior parte do aumento nos preços da cesta básica em novembro. No caso do tomate, pesquisado nas 16 capitais, apenas uma apresentou variação negativa em seu preço. A batata, cujo preço é acompanhado apenas no Centro-Sul do país, subiu em todas elas.

O tomate, produto sujeito às oscilações do clima, encareceu em 15 localidades, e em 12 delas o aumento superou 30,0%. As altas foram, de maneira geral, expressivas e chegaram a 83,90%, em Vitória; 66,43%, em Belo Horizonte; e 60,00%, em Recife. Somente em Fortaleza seu preço caiu (-3,13%), o que determinou que esta capital registrasse a menor alta no custo total da cesta básica em novembro.

Com relação à batata, apenas uma capital – Goiânia (28,99%) – registrou, em novembro, alta inferior a 50,00%. Os maiores aumentos ocorreram Belo Horizonte (93,67%), Vitória (76,54%) e Rio de Janeiro (71,25%).

As fortes altas no custo da cesta básica de Vitória e Belo Horizonte foram determinadas, basicamente, pelo comportamento destes dois produtos. No caso do tomate, Vitória apresentou o maior aumento, e Belo Horizonte, o segundo; com relação à batata, as posições inverteram-se.

O preço da carne bovina – produto de maior peso na cesta básica – subiu em 12 localidades, com destaque para Brasília (7,13%), Rio de Janeiro (5,05%) e Recife (4,55%). As quedas foram apuradas em quatro regiões: Aracaju (-4,52%), Vitória (-1,73%), Porto Alegre (-0,33%) e Curitiba (-0,10%).

A banana também apresentou predomínio de alta, com seu preço subindo em nove capitais. Os destaques foram: Salvador (17,27%) e Porto Alegre (16,49%). Em Goiânia não foi constatada alteração de preço. Dentre as seis capitais com recuo, os mais significativos ocorreram em Brasília (-12,35%), Curitiba (-8,28%) e Natal (-6,83%).

Em cinco outros itens houve predomínio de redução nos preços.

O óleo de soja ficou mais barato em 13 capitais e as quedas mais significativas foram apuradas em João Pessoa (-5,74%), Florianópolis (-5,50%), Natal (-5,21%) e Rio de Janeiro (-5,03%). Pequenas altas ocorreram em Belo Horizonte (0,58%) e Curitiba (0,51%) e em Salvador houve estabilidade.

O preço do feijão caiu em 10 capitais, em nove das quais o DIEESE acompanha o feijão de cores. As maiores reduções deram-se em Goiânia (-8,62%), Natal (-6,38%) e São Paulo (-4,63%). Dentre as seis capitais onde houve alta, em cinco o produto pesquisado é o feijão preto, caso de Florianópolis (9,73%), Brasília (4,83%), e Vitória (3,73%).

Foi verificada queda no preço do arroz em nove capitais, com destaque para Curitiba (-6,90%), Recife (-6,30%) e Porto Alegre (-4,90%). Os preços não se alteraram em Goiânia e Belém e as maiores elevações verificaram-se em Belo Horizonte (9,48%), Vitória (4,27%) e Florianópolis (4,17%).

O pão também teve queda em nove capitais, com as principais reduções observadas em Florianópolis (-4,81%), João Pessoa (-2,93%) e Natal (-2,11%). Houve estabilidade em Goiânia, Belém e Vitória, enquanto a maior alta, de 2,11%, foi apurada em Salvador.

Em doze meses, nove produtos destacaram-se por terem apresentado aumento em maior número de capitais.

O preço do tomate subiu em todas as 16 cidades, registrando taxas elevadíssimas, como verificado em Recife (150,00%), Natal (127,27%), Vitória (117,00%) e Salvador (111,63%). Belém (9,31%) foi a única capital onde a alta foi inferior a 30,00%. O produto foi afetado pela forte onda de calor que induz ao amadurecimento rápido, o que acarreta perda na colheita e redução na oferta.

A alta no preço da carne foi apurada em 13 capitais – com destaque para Belo Horizonte (14,83%), Florianópolis (11,67%) e Brasília (10,12%) –, pois, apesar da redução das exportações com o embargo decretado por muitos países em decorrência da febre aftosa, também houve redução na oferta interna, com muitos frigoríficos paralisados.

O arroz e o óleo de soja continuam a ter preços inferiores aos detectados em novembro de 2005, fato verificado em todas as 16 capitais. No primeiro caso, a maior queda ocorreu em Belém (-37,99%) e no segundo, em Vitória (-29,48%).

São Paulo

Em novembro, o preço dos gêneros alimentícios essenciais registrou alta pelo segundo mês consecutivo, na capital paulista. Com o aumento de 5,66%, o custo da cesta básica chegou a R\$ 184,67, quase R\$ 10,00 a mais do que o apurado em outubro (R\$ 174,77). Dessa forma, São Paulo voltou a apresentar o maior valor para os produtos básicos, em relação às 16 localidades onde a Pesquisa Nacional da Cesta Básica é realizada. De janeiro a novembro o aumento ficou em 7,24%, e em doze meses – entre dezembro de 2004 e novembro último – a alta chega a 7,96%.

Os aumentos apurados no preço da batata (51,00%) e do tomate (36,60%) foram determinantes para o comportamento verificado em novembro, pois mesmo outros quatro itens que subiram, tiveram elevações bem mais comportadas. A banana nanica teve alta de 4,40%; o açúcar refinado, de 3,25%, a carne bovina de primeira subiu 2,02% e a manteiga, 0,17%. O preço do leite *in natura* tipo C manteve-se estabilizado. Os outros seis produtos que compõem a cesta básica apresentaram queda: farinha de trigo (-4,90%), feijão cariquinho (-4,63%), café em pó (-3,17%), óleo de soja (-1,64%), pão francês (-1,22%) e arroz agulhinha tipo 2 (-0,82%).

Em relação a novembro do ano passado, apenas o arroz (-22,93%) e o óleo de soja (-20,70%) registram retração enquanto o preço do açúcar mantém-se estabilizado. Os outros dez itens tiveram elevação: tomate (45,60%); café (23,99%); banana (9,78%); manteiga (6,74%); carne (6,67%); leite (4,31%); feijão (1,50%); batata (1,34%) e pão (0,83%).

O trabalhador paulistano que ganha salário mínimo teve que cumprir, em novembro, uma jornada de 135 horas e 25 minutos para adquirir os alimentos básicos, jornada bem superior à exigida em outubro (128 horas e 10 minutos), mas bem menor que em novembro de 2004 (144 horas e 45 minutos).

Quando se considera o valor do salário mínimo líquido – após os descontos referentes à Previdência Social – observa-se o mesmo comportamento. Em novembro, a compra da cesta básica, em São Paulo exigia 66,66% do rendimento líquido, em outubro necessitava 63,08% e em novembro de 2004 comprometia 71,24%.